

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO: EXPERIÊNCIA FORMATIVA NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO, BAHIA -
BRASIL**

CARVALHO, Renata Coppieters Oliveira de¹
SANTOS, Vanusa Mascarenhas²
VINHAS, Thaís dos Santos³

Resumo: O artigo apresenta algumas reflexões sobre a experiência formativa que vem sendo realizada pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus XVIII, através da estruturação e implementação do curso de Pós Graduação *lato sensu* em Estudos Transdisciplinares em Cultura. Para tanto, serão evidenciados aspectos relevantes do percurso trilhado desde a observação das demandas locais, os fundamentos que orientam a proposta e sua estrutura, como também o desenvolvimento prático inicial do curso, a partir da composição da primeira turma do programa. O texto apresenta o olhar de três docentes que vivenciaram esse processo em suas diferentes etapas, através do compartilhamento de experiências e saberes diversos, significados e ressignificados nos processos dialógicos estabelecidos no decurso de desenvolvimento do programa.

Palavras-Chave: Cultura. Desenvolvimento. Experiência Formativa. Território de Identidade Costa do Descobrimento.

1. INTRODUÇÃO

A dimensão central que a cultura assumiu na contemporaneidade tem direcionado diferentes estudos que buscam compreender a relação integrada entre a esfera cultural e as demais esferas da vida humana (HALL, 1997). Esse processo incidiu diretamente na reconfiguração das ações do Estado para a gestão do campo cultural e na elaboração de políticas públicas para o setor. Compreendida como um dos mecanismos

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Rede Prodema - UESC. Professora Assistente do Curso de Turismo. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XVIII, Eunápolis – BA. E-mail: renatacopi@hotmail.com

² Doutora em Letras – Universidade Federal da Bahia. Professora Assistente do Curso de Letras. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XVIII, Eunápolis – BA. E-mail: van_masc@yahoo.com.br.

³ Doutoranda em Cultura e Sociedade (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Professora Assistente do Curso de História. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus XVIII, Eunápolis – BA. E-mail: taivinhas@hotmail.com.

eficazes na diminuição de conflitos e fortalecimento econômico, a cultura torna-se bandeira de muitos programas de Organizações não Governamentais (OnG's), de setores engajados na luta pela paz, além de objeto de política e administração pública num discurso complexo, fluído e que merece atenção no que se refere a ação, aplicação e aplicabilidade. A ordem discursiva que reposiciona a cultura na cena contemporânea, tratando-a como recurso (YUDICE, 2004) exige dos estudiosos da temática, agentes, gestores e produtores culturais uma atitude de descentramento, pautada no entendimento de que:

[...] a cultura como recurso é muito mais do que uma mercadoria; ela é o eixo de uma nova estrutura epistêmica na qual a ideologia e aquilo que Foucault denominou sociedade disciplinar (isto é, a imposição de normas a instituições como a educacional, a médica, a psiquiátrica etc.) são absorvidas por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento – em “cultura” e seus resultados – tornam-se prioritários (YUDICE, 2004, p. 13).

Desse modo, ao nos referirmos à cultura, não estamos lidando com uma realidade óbvia, natural ou consensual, mas com um conceito histórico. Construto móvel, ressignificado e reapresentado a depender das forças que o atravessam. Esse entendimento instiga-nos a revolver e rasurar definições e propostas baseadas na ideia de unidade e a principiar um processo de desnaturalização dos conceitos a serem considerados em suas emergências e perturbados em seus desejos de imutabilidade (FOUCAULT, 2007). Essa questão emerge com mais fôlego no Brasil, a partir de 2003, quando a presidência da república é ocupada por Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministério da Cultura por Gilberto Gil. Numa apresentação feita à publicação Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados, Gil assim apresenta o conceito de cultura a partir do qual irá operar:

[...] falamos de cultura no seu conceito mais pleno. Cultura, portanto, como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto nação. Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas. (GIL, 2003b, p. 9)

Ao assumir um conceito alargado de cultura, investe-se na desconstrução de práticas discursivas que forjaram uma produção elitista da cultura nacional e uma compreensão da cultura como privilégio de poucos. Nesse intento, há uma ressignificação da dimensão cultural antes de tomá-la como força vital no processo de construção identitária e no projeto nação. Este sentido “pleno” corresponderia ao tão controverso conceito antropológico⁴, assumido como ponto de partida para a elaboração e implementação de políticas públicas para a cultura.

Desde então, uma avalanche de informações tem, gradativamente, circulado nos meios de comunicação, em especial na internet, e fomentado uma série de discussões acerca da atuação do Estado, do papel dos incentivos fiscais no financiamento da produção cultural e da concentração de recursos em algumas regiões do país e determinadas áreas culturais. São proposições, editais, prestação de contas, premiações, agendas, consultas públicas para revisão de leis publicizadas em sites oficiais e outros domínios aguardando a visita e, em alguns casos, a participação dos internautas. Assim, as consultas públicas, os fóruns virtuais e presenciais, as oficinas em diversas regiões do país, põem em funcionamento uma maquinaria que interpela a sociedade civil, requisitando sua participação na elaboração de um projeto democratizante de cultura.

Entretanto, as mudanças acionadas pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003, no intuito de propor um desenho político-administrativo para a área cultural sistêmico e resistente às mudanças governamentais, não foram acompanhadas pelas mudanças epistemológicas e organizacionais necessárias para sua implementação. O esforço de imprimir às políticas públicas para a cultura um caráter amplo e democrático não dirimiu as desigualdades regionais, muito menos harmonizou os diferentes brasis, às voltas com questões identitárias. Pelo contrário, visibilizou as fragilidades municipais e apontaram a impossibilidade de implantação de uma política nesses moldes sem uma organização mínima da esfera cultural por parte do poder público

De igual modo, grande parcela da sociedade civil depara-se nesses espaços com

⁴ Acerca dessa problemática, consultar os textos “As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas”, de Isaura Botelho (2001), “Políticas Culturais no Governo Lula” de Antonio Albino Canelas Rubim (2010). O livro “A cultura e seu contrário” de Teixeira Coelho (2008), especificamente o capítulo *Nem tudo é cultura*.

uma sintaxe e uma semântica de participação social com as quais não está familiarizada (DAGNINO, 2005). Percebe-se então, que as dificuldades interpretativas e técnicas resultantes dessa malha discursiva não só inibem os atores sociais historicamente marginalizados na exposição de suas demandas nos espaços institucionais de deliberação, como inviabilizam o acesso às formas de financiamento disponíveis para o setor. Condição que alimenta um imaginário acerca do intelectual como o tradutor, função reconhecida tanto pelo Estado quanto pelos integrantes da sociedade civil, principalmente, aqueles pertencentes às classes populares.

É preciso atentar para essa mediação não realimentar o sistema vigente, mantendo sua operacionalidade, mesmo ilusória, e camuflando a necessidade de uma mudança estrutural que garanta a legitimidade, sem traduções, de enunciados gestados a partir de outras ordens discursivas. Sem essa tradução forçaríamos mudanças no sistema burocrático que torna nosso serviço de tradutor imprescindível. Não se trata, entretanto, de alijar o intelectual desse processo, mas de relativizar sua participação de modo que outros protagonismos sejam possíveis. Acreditamos não haver democracia possível quando a linguagem e o mundo dos sujeitos por ela expresso carecem da tradução de intérpretes para serem audíveis e esse mesmo mecanismo precisa ser acionado para tornar inteligíveis as proposições estatais.

Diante da relevância de tais questões, pergunta-se: como assegurar aos sujeitos os conhecimentos necessários para uma compreensão do campo cultural em suas várias dimensões, de modo a desierarquizar as formas de participação social e garantir a equidade do processo? Como superar uma tradição de políticas culturais marcadas pelo “[...] autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.”? (RUBIM, 2007, p. 11). Certamente avançaríamos muito se investíssemos mais na criação e fortalecimento dos espaços e processos formativos na área cultural de modo a assegurar aos sujeitos os conhecimentos necessários para atuar com confiabilidade, seja na condição de gestor, educador ou produtor.

O primeiro passo para subvertermos essa lógica é visibilizar os limites da democracia vigente no país, para podermos iniciar um processo de embaralhamento de posicionalidades cristalizadas culturalmente. Tendo em vista esta necessidade, foi criado em 2014 no município de Eunápolis- Bahia o curso de Pós Graduação *lato sensu* em

Estudos Transdisciplinares em Cultura, proposto pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB- Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT)/Campus XVIII, com fins de fortalecer os processos de participação, gestão e aplicação do discurso cultural democratizante na zona de inserção da instituição.

Assim, o objetivo deste trabalho é tecer algumas considerações sobre o processo de estruturação e implementação do curso, apontando algumas questões que direcionaram a sua formulação, como também alguns dos resultados percebidos nesses dois anos em que as ações vêm sendo implementadas.

2. FORMAÇÃO NO CAMPO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As transformações ocorridas na lógica capitalista a partir da emergência de um mercado globalizado, do desenvolvimento das tecnologias de informação e dos meios de comunicação, marcaram de forma significativa o cenário mundial que começou a se delinear nas últimas décadas do século XX. Os reflexos desse movimento impactaram diretamente na noção de desenvolvimento centralizada em sua dimensão econômica, uma vez que essa percepção não mais dava conta de explicar a realidade em sua complexidade.

Ao traçar um percurso analítico sobre concepções de desenvolvimento, Ignacy Sachs (2006) sinaliza para a produção, a partir da década de 1970, de estudos voltados para a problematização do conceito, assumindo como base de suas formulações a constatação de que o crescimento econômico não era a variável preponderante para o desenvolvimento das sociedades. A partir dessa verificação, o desenvolvimento não mais podia ser compreendido dissociado das diferentes dimensões que lhe são imanentes, como a cultural.

Em suas discussões acerca do desenvolvimento como liberdade plena do ser, Amartya Sen (2000, p.16) o define como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Encaminhando essa percepção para o campo específico da cultura, pode-se dizer que o desenvolvimento cultural representa a possibilidade dos sujeitos ampliarem as possibilidades de expressão de seus referenciais culturais e transitarem por outras construções simbólicas, no fluxo livre de se constituírem

enquanto sujeitos culturais, portadores de identidades múltiplas e fluídas. Nessa dimensão, a formação para o campo da cultura adquire uma conotação mais significativa, porque vivenciar o ato de livremente escolher seus referenciais culturais requer conhecimento holístico sobre a dimensão cultural da vida humana, como ela se constitui, se organiza, é estruturada e se interrelaciona, o que envolve noções como diversidade cultural, direitos culturais, cidadania cultural e participação política.

Na atualidade, o Brasil está vivenciando um processo de institucionalização da cultura alicerçando-o em bases mais democráticas. Um marco emblemático é o processo de implementação do Plano Nacional de Cultura em 2010 construído a partir da realização de conferências públicas, canal de escuta e interlocução entre o Estado e a sociedade. Uma conjuntura na qual os espaços de participação cidadã estão sendo ampliados exige que os agentes sociais estejam preparados para integrar efetivamente essas esferas participativas e contribuir, de forma ativa, para a deliberação dos caminhos possíveis para o desenvolvimento cultural. (DAGNINO, 2005)

Assim, a relação cultura e desenvolvimento passa, de forma significativa, pelos processos de formação. Campo complexo e abrangente, a formação cultural envolve diferentes dimensões da cultura, permeando esferas como as da criação, produção, organização, participação, acesso e fruição das expressões simbólicas dos diferentes grupos culturais;

Quando falamos de formação de profissionais de cultura, devemos ter uma visão mais ampla do que constitui o ambiente de trabalho no campo da cultura, pois estamos diante de uma profissão contemporânea e complexa que, além de estabelecer um compromisso com a realidade de seu contexto sociocultural, político e econômico, tem ainda o desafio de estruturar um processo formativo para esses profissionais, seja no ambiente não formal, seja na academia. (CUNHA, 2011, p. 96)

Os caminhos formativos atravessam múltiplas perspectivas, e uma delas se enquadra na lógica de preparação dos sujeitos para participar do circuito institucionalizado da cultura e acessar os meios disponíveis para a sua promoção. Nesse contexto, diferentes experiências formativas vêm ocorrendo no Brasil, através da implantação de diferentes cursos nas modalidades de extensão, graduação e pós-

graduação, e envolvem o esforço de qualificar a participação social no âmbito cultural, vislumbrando um futuro de possibilidades mais democráticas de desenvolvimento cultural. E foi nesse direcionamento que o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Estudos Transdisciplinares em Cultura foi pensado, estruturado e vem sendo implementado no Território de Identidade Costa do Descobrimento, considerando que o processo formativo é fator decisivo para o desenvolvimento cultural na cena contemporânea.

3. ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM CULTURA: ESTRUTURAÇÃO DO CURSO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO

Atuando no Território de Identidade Costa do Descobrimento⁵, a comunidade docente da UNEB/*Campus XVIII* tem se destacado pela escuta sensível às problemáticas do Território nas ações de ensino, pesquisa e extensão, tanto no âmbito da Universidade como em outras ambiências sociais, comprometidas com o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos de seu entorno.

Nesse percurso, a dimensão histórico-cultural que marca a região tem propiciado o desenvolvimento de diferentes estudos e ações da universidade em sua zona de inserção, a partir de demandas identificadas nos processos de interlocução entre a academia e a sociedade.

Assim, respondendo a uma demanda local, no ano de 2010 um grupo de docentes do *Campus XVIII* ofereceu, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT-BA), o Curso de Formação e Qualificação de Gestores Culturais com uma carga horária de cento e vinte horas (120), distribuídas em seis módulos entre os meses de novembro e dezembro. A iniciativa teve como público alvo gestores municipais de cultura, agentes culturais e outros profissionais interessados na área.

Nesse processo, percebeu-se a necessidade de continuidade de ações formativas

⁵ O Território de Identidade Costa do Descobrimento é composto pelos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Belmonte, Itabela, Guaratinga, Santa Cruz Cabralia, Itapebi e Itagimirim.

para além das atividades extensionistas. Na observação das realidades locais e no contato com diferentes sujeitos que participaram do curso, foram identificadas fragilidades no conhecimento sobre a realidade cultural do território e suas múltiplas expressões culturais, a ausência de Conselhos Municipais organizados para que pudessem ser beneficiados com os fundos de cultura, a falta de preparação técnica para acessar mecanismos e recursos institucionais de promoção cultural, como também de espaços diferenciados capazes de abrir novas possibilidades de pesquisa e fortalecimento das culturas locais.

Observou-se ainda que os municípios que compõem o território convivem com a dificuldade histórica de instituir, no âmbito da municipalidade, órgãos gestores para o setor cultural com profissionais especializados para atuar numa perspectiva mais propositiva que executora e articulada com a esfera estadual e federal.

Destacamos, nesse contexto, que a Bahia em 2007 adotou a política territorial de cultura, baseada nos territórios de identidade definidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento – SEPLAN. Essa política com bases geográficas define o território como um espaço físico, caracterizado por ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições que se relacionam e se identificam por processos históricos, indicando aspectos semelhantes e de proximidade.

Para alcançar os objetivos dessa política e equalizar a gestão em prol do desenvolvimento, foi criado o Sistema Estadual de Cultura e instituídos as representações territoriais, os fóruns de cultura, editais específicos e o CCPI⁶. O discurso do Estado passa também a interiorizar a gestão da cultura, mas como seria possível participar dessa engrenagem, assumir um protagonismo na participação, acessar os fundos de cultura, concorrer a editais, dentre outras atuações necessárias, em um contexto de fragilidades municipais no que tange à gestão e à participação?

Assim, na expectativa de contribuir para a elaboração de um projeto democratizante de cultura para o Território, a UNBE/ *Campus XVIII* vêm participando

⁶ Centro de Culturas Populares e Identitárias criada para promover e fomentar a cultura do sertão, das matrizes africanas, indígena e ainda tratar de políticas culturais para a infância, juventude, 3ª idade, mulher e LGBT (SECULT, 2016)

de Conferências Municipais, Intermunicipais e Estaduais, bem como de eventos organizados pela sociedade civil para tratar de questões relativas às políticas públicas culturais na região. As discussões empreendidas em todos esses espaços têm apontado para a discrepância entre o processo de reorganização da área cultural empreendido pelo Ministério da Cultura e pela Secult-BA e o número “[...] de profissionais da área de organização da cultura (ou seja, profissionais atuantes na política, gestão ou produção culturais)” (COSTA, 2010, p. 69), disponível para assegurar uma ação sistêmica, dialógica e permanente nos três níveis de governo e entre estes e a sociedade civil.

As reflexões em torno dessas questões encaminharam para uma ação mais efetiva no campo da formação cultural e quatro anos depois da realização do Curso de Formação e Qualificação de Gestores Culturais, uma equipe multidisciplinar do *Campus*, atenta às mudanças epistêmicas e às exigências educacionais contemporâneas, entendeu a necessidade de continuidade da formação em que pudessem incluir os três pilares da universidade que se assentam nas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, passamos a oferecer em 2014, gratuitamente, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em “Estudos Transdisciplinares em Cultura”.

O programa de pós-graduação tem como objetivo possibilitar aos discentes uma compreensão mais abrangente de suas respectivas áreas, de forma a dar continuidade às pesquisas acadêmicas, atuação crítica e reflexiva nos espaços de representação local, compartilhando experiências profissionais e adotando perspectivas holísticas e inventivas na construção social, tendo a cultura como eixo central.

Nesse sentido, a proposta do programa encontra-se em consonância com as proposições do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, ao afirmar ser “importante que estudantes de diferentes programas sejam expostos a disciplinas e experiências de ensino em que a cultura seja um elemento central a ser incorporado nas suas futuras práticas profissionais” (OLIVEN, 2010, p. 34)

Para a UNEB, a oferta do curso potencializa os programas de aperfeiçoamento intelectual e qualificação profissional, efetivando o exercício pleno de suas funções, em consonância com o que preconiza o Plano Nacional de Cultura: “[...] estimular a organização de cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão dedicados à formação de críticos especializados nas mais diversas linguagens artísticas e

expressões culturais” (BRASIL, 2007, p. 79). Ademais, a otimização do ensino e da pesquisa garantem à universidade a função de propulsora de compromissos éticos e responsabilidades sociais e educacionais – tarefas que a tornam capaz de intervir na sociedade em suas múltiplas dimensões.

A transdisciplinaridade constitui o fundamento que orienta a estrutura do curso, visando o desenvolvimento de práticas e pesquisas transdisciplinares em cultura, considerando sua centralidade na vida social e as demandas da contemporaneidade. Para tanto, dois eixos foram definidos como essenciais para as ações do programa: possibilitar uma reflexão analítica e crítica sobre a cultura em uma perspectiva transdisciplinar, propiciando o entendimento de sua interrelação com as diferentes dimensões da vida humana com vistas à elaboração de novas possibilidades de conhecimento sobre a realidade em sua complexidade, como também minimizar as dificuldades interpretativas que inibem os atores sociais na exposição de suas demandas nos espaços institucionais de discussão e deliberação das políticas culturais.

Para tanto, o desenho curricular da especialização procura congrega as discussões epistemológicas sobre cultura, os mecanismos operacionais para seu acesso via políticas públicas e a investigação sobre as características culturais do território e seus múltiplos referenciais de cultura, acreditando que a mobilização desses diferentes saberes encaminham para uma reflexão mais crítica sobre a cultura na realidade regional.

Assim, o curso está estruturado em dez módulos que se inter-relacionam em sua concepção epistemológica e prática. Nesse sentido, os módulos de “Estudos Epistemológicos em Cultura”, “Transdisciplinaridade e Estudos Culturais”, “Território e Identidade” e “Políticas Públicas Culturais” estão formatados para garantir os fundamentos teóricos necessários às discussões contemporâneas relacionadas ao campo cultural, envolvendo o uso e domínio de conceitos nas esferas da gestão, produção, distribuição e financiamento público e privado. Além disso, busca-se compreender a construção identitária a partir de múltiplos territórios e territorialidades, em uma perspectiva transdisciplinar.

Os módulos “Subalternidade e Resistências Culturais” e “Estudos Culturais Latino-Americanos” contemplam aspectos que envolvem os processos históricos de

rupturas, enlaces, descontinuidades e ressignificação no âmbito da constituição cultural e identitária de grupos, concebidos em diferentes discursos, em condição de subalternidade, estreitando as discussões para o contexto pós-colonial na América Latina e suas formas de expressão e comunicação na contemporaneidade e, conseqüentemente, evidenciando estratégias de resistência, negociação e intervenção contra hegemônica.

Nos módulos “Teoria e Prática em Projetos Culturais” e “Laboratório de Práticas Culturais”, são possibilitadas vivências, observação participante e experimentação nas mais variadas formas de expressão cultural, objetivando inserir os discentes em diferentes contextos de atuação e performances de sujeitos e grupos culturais no território de identidade, apreendendo referenciais, técnicas e habilidades inerentes a essas práticas.

Os instrumentos e procedimentos para o desenvolvimento de habilidades científicas, que possibilitem o pensar, o saber e o fazer frente aos problemas do campo cultural integram as discussões e ações desenvolvidas nos módulos “Metodologia da Pesquisa Científica” e “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”, reconhecendo a pesquisa como necessária para a construção de novos saberes e a ressignificação do conhecimento.

Para a primeira turma, foram disponibilizadas trinta vagas, divulgada nos 24 campi da UNEB de forma a abranger o maior número de territórios, houve 82 inscritos e 30 selecionados, em sua maioria, moradores de Eunápolis, Porto Seguro e em menor proporção dos municípios de Itagimirim, Guaratinga, Caravelas, Teixeira de Freitas e Ilhéus. Os critérios de avaliação perpassaram pela inovação dos projetos e sua aplicabilidade. Os ingressantes apresentaram propostas investigativas que vão desde a imensa criatividade dos fazedores de cultura, às dificuldades de instituir, no âmbito da municipalidade, órgãos gestores para o setor cultural.

A partir das experiências em sala de aula, estabelecemos três linhas de pesquisa para orientar e aglutinar os processos investigativos do curso: *Saberes Culturais e Processos Formativos*, que agrega discussões sobre o modo transdisciplinar de construção do conhecimento em diferentes modalidades de ensino e problematiza os saberes presentes nos currículos como práticas historicamente instituídas, permeadas

pelas relações de poder. *Políticas Públicas Culturais e Sustentabilidade*, que contempla estudos sobre a construção e implementação de políticas culturais, bem como a participação da sociedade civil nesse processo e, por fim, *Cultura Popular, Subalternidade e Movimentos Sociais*, que compreende os estudos da cultura enquanto espaço de resistências, negociações e ressignificações identitárias de grupos em condição de subalternidade.

Pelo seu caráter transdisciplinar, a estruturação e implementação do curso, em suas diferentes etapas, foi e é conduzida por docentes oriundos de diferentes áreas do conhecimento e a composição da primeira turma também foi marcada por essa heterogeneidade formativa, o que tem possibilitado o compartilhamento de experiências e saberes diversos, significados e ressignificados nos processos dialógicos estabelecidos no decurso de desenvolvimento do programa.

4 PARA FINALIZAR, ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA FORMATIVA

As dificuldades de funcionamento dos setores culturais em nosso território não destoam das existentes nas demais áreas do interior da Bahia, e certamente, o pouco investimento na formação de seus trabalhadores pode ser apontado como um dos entraves no processo de autonomização e protagonismo da cultura em todos esses espaços. O convívio com os estudantes, durante esses dois anos de implementação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Estudos Transdisciplinares em Cultura, nos permitiu compreender a complexidade dessa formação, que precisa contemplar diversas trajetórias acadêmicas e campos de atuação. Nesse sentido, a perspectiva transdisciplinar adotada pela equipe, exigiu do corpo docente e discente um exercício de participação dialógica: articulações da trajetória formativa e profissional com a área cultural e conexões destas com as demandas do território.

Nesse intento, investiu-se não só em uma abordagem reflexiva de conteúdos relacionados à área cultural, mas também em uma vivência cultural através de atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Práticas Culturais em teatros, museus, pontos de cultura, praças, escolas e outros espaços que possibilitassem uma vivência

prática do discente nos diferentes contextos de expressões culturais no Território de Identidade Costa do Descobrimento.

Como desdobramento dessas abordagens foram realizadas, ainda durante o curso, algumas ações que extrapolaram o espaço acadêmico, dentre as quais destacamos a criação da *Câmara Técnica de Cultura do Território de Identidade Costa do Descobrimento*, iniciativa dos estudantes, com o apoio da coordenação do curso, mas que fora ampliada para o evento *Território Cultural em Diálogo: Cidadania, Gestão e Espaços Culturais*, realizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA) em Porto Seguro, quando seu funcionamento foi discutido. Certamente, a Câmara, que possui entre seus membros estudantes do curso, será um espaço de diálogo e atuação importante para os egressos dessa primeira turma.

O caráter mobilizador do curso também pôde ser sentido na presença de estudantes, na condição de conselheiros, no Conselho Municipal de Política Cultural de Eunápolis e em eventos da região que tiveram como eixo a cultura, em suas múltiplas dimensões.

A rede informacional criada pelos estudantes também é algo a ser salientado, pois os grupos criados no facebook e WhatsApp funcionam como espaço de interatividade e também de divulgação de eventos, ações culturais, publicização de editais, e tudo mais que julgam estar relacionado com a cultura. Sem dúvida as distâncias foram encurtadas não só entre eles, suas realidades, e também nós, enquanto representantes de uma Instituição de Ensino Superior na região, passamos a ser mais demandados fora do espaço acadêmico. Como bem diz Milton Santos, “[g]ente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. (SANTOS, 2007, p.144). Acreditamos que os ambientes de aprendizagem devam favorecer essas experiências a fim de que seja inevitável seu transbordamento espacial e temporal, bem como a criação de redes colaborativas de trabalho e discussão.

Acrescemos ainda que as imersões culturais e a compreensão da cultura como direito e constitutiva do sujeito foram os pilares dessa formação. Princípios que garantem a construção e implementação de políticas culturais articuladas a partir de três princípios: centralidade, transversalidade e complementaridade. (RUBIM, 2007).

Tratou-se, portanto, do investimento em uma formação para a área cultural que não focasse apenas o conhecimento técnico, mas investisse na construção de saberes gregários que instigassem os sujeitos a produzir agenciamentos colaborativos que não sabotem as diferenças com o discurso da benevolência ou da tolerância.

De igual modo, confiamos que os conhecimentos construídos acerca da disposição da política cultural e sua aplicabilidade no âmbito municipal, estrutura de submissão de editais, das novas metodologias de aproximação e escuta em comunidades sejam partilhados pelos estudantes com outros sujeitos em outras ambiências de aprendizagem. Perspectiva a ser fortalecida com a realização do I Encontro de Estudos Transdisciplinares em Cultura da Costa do Descobrimento, previsto para outubro de 2016, e que objetiva divulgar as pesquisas desenvolvidas pelos discentes, suas reflexões acerca do território e possibilitar o encontro de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento e diversos segmentos sociais, visando à cooperação e pesquisas futuras na área cultural. Sem dúvida, outra lacuna foi criada.

Por fim, acreditamos que este curso tem se esforçado para minimizar a lacuna da interiorização da política cultural na Bahia, que por muito tempo atendeu às demandas da capital e do recôncavo baiano, negligenciando, em muitos momentos, as necessidades apresentadas pelos produtores culturais do Território de identidade Costa do Descobrimento, como de demais áreas do interior da Bahia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. CADERNO: **Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura**. Brasília, 2007, p. 79. Disponível em: <www.cultura.gov.br/pnc>. Acesso em 20 nov. 2013.

CARTA da Transdisciplinaridade. In: **Educação e transdisciplinaridade**, II. Coordenação executiva do CETRANS. São Paulo: TRIOM, 2002. p. 194

COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo; JULIANO, Viviane Fontes. Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada? In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 69.

CUNHA, Maria Helena. **Formação do Profissional de Cultura: desafios e perspectivas**. Políticas Culturais em Revista, 1 (4), p. 95-105, 2011.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

DAGNINO, Evelina. **Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005, pp. 45-65

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GIL, Gilberto. Apresentação. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: Unesco Brasil, 2003. p. 09-10.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997

OLIVEN, Ruben George. Cultura. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010. p.150.

RUBIM, Antônio Albino Canelas . Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele (org.) **Teorias & políticas de cultura**. Salvador, CULT / EDUFBA, 2007, p.139-158.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Ed. Garamond, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Vanusa Mascarenhas. **Cultura popular e nacionalidade no Brasil: tessituras, conflitos e cumplicidades**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.